



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

I – Necessidade da contratação:

Este processo visa à contratação de seguro patrimonial para os prédios e mobiliários de propriedade deste Tribunal, para o período de vigência de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação da vigência contratual, observando previsão do art. 107 da Lei 14.133/2021.

O Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região possui missão institucional de realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.

Esta contratação visa assegurar os meios necessários para resguardar o patrimônio deste Tribunal, garantindo os recursos necessários na promoção da pacificação social, de forma célere e com qualidade.

Estamos instruindo este processo em face de determinação da Secretaria Administrativa. Justifica-se a contratação de seguro para os imóveis do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região por ser medida essencial para proteger o patrimônio público e garantir a continuidade dos serviços prestados à sociedade.

Os imóveis do Tribunal do Trabalho representam investimento significativo de recursos públicos. A contratação de seguro protege esses bens contra riscos como incêndios, inundações, danos elétricos e outros eventos adversos, evitando prejuízos financeiros que poderiam impactar negativamente no orçamento público.

Em caso de sinistros, a cobertura do seguro permite a rápida recuperação e reparação dos danos, garantindo que as atividades do Tribunal não sejam interrompidas. Isso é crucial para manter a prestação de serviços judiciais à população, evitando atrasos e prejuízos aos cidadãos que dependem dessas atividades.

Dessa forma, sob o enfoque do interesse público, a contratação de seguro demonstra uma gestão responsável e eficiente dos recursos públicos, alinhada com os princípios da administração pública. Ao mitigar riscos, o Tribunal assegura que os recursos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

sejam utilizados de forma prudente e que o patrimônio público seja preservado para as gerações futuras.

II – Previsão da contratação no Plano de Contratações Anual e alinhamento ao Planejamento Estratégico":

Este Processo Administrativo está alinhado com o Planejamento Estratégico, nos termos da Resolução Administrativa 66/2021, com o objetivo Estratégico "Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira: Atender aos princípios constitucionais da administração pública, por meio de mecanismos efetivos de levantamento das necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal, voltados ao aprimoramento da prestação jurisdicional e à redução dos custos operacionais" e com o objetivo estratégico: "Promover o trabalho decente e a sustentabilidade".

Esta contratação está alinhada com o Plano de Logística Sustentável, especificamente os itens do plano de ação: 14.1 - Manter a aplicação das diretrizes do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho nas aquisições e contratações; e 14.2 - Submeter à análise e acompanhamento da unidade de sustentabilidade os Estudos Preliminares para averiguação quanto aos critérios e práticas de sustentabilidade.

A contratação está prevista no plano anual de contratações do exercício de 2025.

As despesas inerentes à presente contratação correrão à conta do orçamento do CONTRATANTE, no Programa de Trabalho 02.122.0033.4256.0054 (Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho), conforme o seguinte detalhamento: classificação funcional programática 003342560054 e categoria econômica da despesa 3 (despesa corrente); na Natureza de Despesa nº 4 Despesa nº 3.3.9.0.39.69 (Outros Serviços de Terceiros - PJ - Seguros em Geral; Item de execução orçamentária para os exercícios de 2025 previsto no código 151252025417599.

Os servidores indicados para Gestão e Fiscalização são: João Márcio Hidalgo Talarico (Gestor), Paulo Dionel Da Silva (Gestor Substituto, Paulo Sergio Petri (fiscal) e Rafael Guimarães Oshiro (Fiscal substituto).

III – Requisitos da Contratação:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

A contratação dos seguros será destinada aos imóveis de propriedade deste Tribunal. Dessa forma, não serão considerados aqueles que são alugados.

Em relação aos imóveis cedidos, o valor segurado será apenas em relação ao mobiliário.

Nesse sentido, os endereços e demais informações para composição dos preços seguem na tabela:

Cidade	Endereço	Valor Propriedade	Valor Mobiliários	Valor Total
Amambai	Rua Benjamin Constant, 929 - Centro CEP: 79990-000	R\$ 1.128.491,94	R\$ 326.195,04	R\$1.454.686,98
Aquidauana	Rua Luis da Costa Gomes, 473 - Centro CEP: 79200-000	R\$ 1.040.921,03	R\$ 141.912,68	R\$1.182.833,71
Bataguassu	Avenida Campo Grande, 105 - loteamento Pat. Bataguassu CEP: 79780-000	R\$ 1.658.242,94	R\$ 335.209,98	R\$1.993.452,92
Fórum Trabalhista de Campo Grande	Rua Jornalista Belizário Lima, 418 - Vila Glória CEP: 79004-915	R\$ 16.728.000,00	R\$ 1.070.128,80	R\$17.798.128,80
Sede TRT - Campo Grande	Rua Delegado Carlos Roberto	R\$ 39.100.000,00	R\$ 14.994.504,54*	R\$54.094.504,54



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

(* Valor mobiliário do Prédio sede e Almoxarifado)	Bastos de Oliveira, 208 - Jardim Veraneio CEP: 79031-908			
Chapadão do Sul (Imóvel cedido)	Avenida Onze n° 1.062, Centro. CEP: 79560-000	-	R\$ 254.136,06	R\$ 254.136,06
Corumbá	Alameda Joaquim Alcides Pereira, 16 - Dom Bosco CEP: 79303-060	R\$ 2.151.611,74	R\$ 607.967,38	R\$2.759.579,12
Coxim	Rua Joao Pessoa, 247 - Centro CEP: 79400-000	R\$ 814.000,00	R\$ 182.851,16	R\$996.851,16
Dourados	Rua Visconde de Taunay, 250 CEP: 79814-140	R\$ 4.917.000,00	R\$ 312.294,94	R\$5.229.294,94
Fátima do Sul (Imóvel cedido)	Rua Marechal Rondon, 1295 CEP: 79700-000	-	R\$ 254.136,06	R\$ 254.136,06
Jardim	Avenida Duque de Caxias, 55 - Centro	R\$ 1.896.216,50	R\$ 228.017,15	R\$2.124.233,65



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

	CEP: 79240-000			
Mundo Novo	Avenida Castelo Branco, 219 - Centro CEP: 79980-000	R\$ 1.401.983,38	R\$ 135.056,07	R\$1.537.039,45
Naviraí	Avenida Caarapó, 788 - Centro CEP: 79950-000	R\$ 1.144.833,72	R\$ 455.755,07	R\$1.600.588,79
Nova Andradina	Rua José Gomes da Rocha, 1249 - Centro CEP: 79750-000	R\$ 1.474.276,16	R\$ 140.122,34	R\$1.614.398,50
Paranaíba	Rua José Robalinho da Silva, 130 - Jardim Santa Mônica CEP: 79500-000	R\$ 1.602.000,00	R\$ 154.768,13	R\$1.756.768,13
Ponta Porã	Travessa dos Poderes, 183 CEP: 79904-192	R\$ 1.849.000,00	R\$ 179.700,81	R\$2.028.700,81
Rio Brilhante	Rua Etelvina Vasconcelos, N° 198 - Centro CEP: 79130-000	R\$ 1.570.155,66	R\$ 505.344,53	R\$2.075.500,19



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

São Gabriel do Oeste	Avenida Castelo Branco, 473 CEP: 79490-000	R\$ 1.589.000,00	R\$ 253.030,92	R\$1.842.030,92
Três Lagoas	Avenida Dr. Clodoaldo Garcia, 350 - Santos Dumont CEP: 79630-000	R\$ 1.700.000,00	R\$ 503.992,03	R\$2.203.992,03

Conforme a relação, O montante a ser segurado refere-se aos bens patrimoniais (edificação, móveis, máquinas e equipamentos).

Quanto aos valores de coberturas mínimas a serem exigidos, consta na tabela a seguir as localidades e os eventos mínimos que deverão ser segurados.

Local	Incêndio, queda de raio e explosão e queda de aeronave	Vendaval e chuva de granizo	Impacto de veículos	Danos elétricos	Roubo ou furto qualificado de bens
Amambai	R\$1.454.686,98	R\$109.101,52	R\$10.910,15	R\$150.000,00	30.000,00
Aquidauana	R\$1.182.833,71	R\$88.712,53	R\$8.871,25	R\$150.000,00	30.000,00
Bataguassu	R\$1.993.452,92	R\$149.508,97	R\$14.950,90	R\$150.000,00	30.000,00
Fórum Trabalhista de Campo Grande	R\$17.798.128,80	R\$1.334.859,66	R\$133.485,97	R\$250.000,00	30.000,00
Sede TRT - Campo Grande	R\$54.094.504,54	R\$2.000.000,00	R\$405.708,78	R\$300.000,00	30.000,00
Chapadão do Sul (Imóvel cedido)	R\$254.136,06	R\$74.763,84	R\$7.476,38	R\$150.000,00	30.000,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Corumbá	R\$2.759.579,12	R\$206.968,43	R\$20.696,84	R\$150.000,00	30.000,00
Coxim	R\$996.851,16	R\$74.763,84	R\$7.476,38	R\$150.000,00	30.000,00
Dourados	R\$5.229.294,94	R\$392.197,12	R\$39.219,71	R\$150.000,00	30.000,00
Fátima do Sul (Imóvel cedido)	R\$163.143,09	R\$74.763,84	R\$7.476,38	R\$150.000,00	30.000,00
Jardim	R\$2.124.233,65	R\$159.317,52	R\$15.931,75	R\$150.000,00	30.000,00
Mundo Novo	R\$1.537.039,45	R\$115.277,96	R\$11.527,80	R\$150.000,00	30.000,00
Naviraí	R\$1.600.588,79	R\$120.044,16	R\$12.004,42	R\$150.000,00	30.000,00
Nova Andradina	R\$1.614.398,50	R\$121.079,89	R\$12.107,99	R\$150.000,00	30.000,00
Paranaíba	R\$1.756.768,13	R\$131.757,61	R\$13.175,76	R\$150.000,00	30.000,00
Ponta Porã	R\$2.028.700,81	R\$152.152,56	R\$15.215,26	R\$150.000,00	30.000,00
Rio Brilhante	R\$2.075.500,19	R\$155.662,51	R\$15.566,25	R\$150.000,00	30.000,00
São Gabriel do Oeste	R\$1.842.030,92	R\$138.152,32	R\$13.815,23	R\$150.000,00	30.000,00
Três Lagoas	R\$2.203.992,03	R\$165.299,40	R\$16.529,94	R\$150.000,00	30.000,00

As coberturas acima poderão ser desmembradas ou aglutinadas, desde que seja mantida a cobertura mínima exigida, de acordo com a política de cada seguradora. O Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região é o responsável pelo imóvel relacionado, de propriedade da União.

Quanto às condições especiais:

a) Admite-se se Participação Obrigatória do Segurado (franquia) na cobertura básica, com percentual de no máximo 20% dos prejuízos indenizáveis, mesmo que tenha agrupada a cobertura para queda de aeronave;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

b) admite-se se Participação Obrigatória do Segurado na cobertura de Danos Elétricos, com percentual de no máximo 20%;

c) admite-se se Participação Obrigatória do Segurado na cobertura de Impacto de Veículos, com percentual de no máximo 20%, mesmo que tenha agrupado queda de aeronave e vendaval;

d) admite-se se Participação Obrigatória do Segurado na cobertura de Roubo/furto de bens, com percentual de no máximo 20%.

No que se refere aos eventos possíveis, seguem as conceitualizações e hipóteses de ocorrência:

a) Garantia roubo de bens: todos os bens eletroeletrônicos portáteis (como notebook) que estiverem no interior dos endereços segurados terão cobertura para roubo/furto qualificado.

b) Danos elétricos: todos os equipamentos eletroeletrônicos portáteis ou não que estiverem no interior dos endereços segurados terão amparo na garantia de danos elétricos.

c) Garantia básica de incêndio, queda de aeronaves, queda de raio e explosão: os equipamentos eletroeletrônicos, portáteis ou não, que estiverem no interior dos endereços segurados estarão cobertos pela garantia.

d) Vendaval: todos os bens eletroeletrônicos portáteis (como notebook) que estiverem no interior dos endereços segurados terão cobertura.

e) Para todas as coberturas, considera-se a cláusula de reposição pelo valor de novo (sem depreciação).

Por fim, não está prevista a cobertura para perdas de qualquer espécie, em documentos processuais, livros e publicações.

As especificações dos itens e as condições de entrega e recebimento constantes do Termo de Referência observarão as mesmas diretrizes utilizadas na última licitação.

Importante destacar que a instrução destes autos observou a experiência de contratações anteriores, inclusive, quanto à qualidade dos serviços prestados.

A definição das condições de execução e pagamento, o regime de fornecimento de bens e condições de recebimento estarão descritas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

de forma pormenorizada no Termo de Referência. Entendemos, s.m.j, não ser necessário replicar aqui no ETP na íntegra as informações que constarão no Termo de Referência.

Em relação à adequação e eficiência dos critérios de julgamento e modo de disputa escolhido para fins de seleção da proposta mais vantajosa, esclarecemos que será realizado na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, com o objetivo de adquirir bens sustentáveis, observada a disponibilidade no mercado, considerando os requisitos de qualidade constantes nas especificações. Dessa forma, visamos adquirir itens com a qualidade necessária, observando a maior competitividade possível, pelo menor custo.

Quanto aos critérios de habilitação que constarão no Termo de Referência, haverá a habilitação jurídica que será de acordo com o enquadramento empresarial: Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no [sítio
https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor](https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor); Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz; e Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Ainda no que se refere aos critérios de habilitação, haverá a habilitação fiscal, social e trabalhista: prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso; prova de regularidade fiscal perante a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional; prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943; prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre. Por outro lado, caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei. Por fim, o fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

No tocante aos requisitos de capacidade econômico-financeira, para que a licitante possa demonstrar a aptidão econômica e técnica para o cumprimento das obrigações contratuais, será exigido Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um); As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

Em relação aos requisitos técnicos, serão exigidos registros e comprovantes de que a licitante é apta a exercer as atividades pertinentes. Para fins da comprovação serão exigidos atestados de contratação seguro, sem restrição de valor ou quantitativo mínimo. O fornecimento de produto compatível com o objeto licitado terá sua capacidade técnica presumida e ficará, a critério do Pregoeiro, dispensada da apresentação do atestado de capacidade técnica. Também será exigida Certidão de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que comprove que a empresa está autorizada a operar no mercado segurador brasileiro.

Em relação às cooperativas, propomos a inclusão de participação, tendo em vista recente decisão da Primeira Câmara do TCU (Acórdão 2463/2019), propondo a revisão da Súmula 281 do TCU, com a edição das Leis 12.349/2010 e 12.690/2012, teria sido inaugurado um novo regramento jurídico acerca das cooperativas, competindo ao órgão licitante analisar com cautela as características do objeto que pretende contratar, especialmente quanto às diversas obrigações dos trabalhadores que executarão os serviços, para verificar se, no caso concreto, as tarefas seriam passíveis de execução com autonomia pelos cooperados, sem relação de subordinação, seja entre a cooperativa e os cooperados, seja entre estes e a Administração, nos termos do artigo 10, I, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017. Dessa forma, a possibilidade de não participação de cooperativas se resume às licitações para contratação de serviços terceirizados, o que não é o caso.

Não será permitida a participação de consórcios, pois, a participação de empresas em consórcios não representa, por si só, garantia de ampliação de competitividade, ao contrário, pode acarretar, em muitos casos, efeitos danosos à concorrência, na medida em que as empresas associadas deixariam de competir entre si. Além disso, durante pesquisa de mercado, não se encontrou nenhuma evidência concreta de que o valor da contratação supere as possibilidades de fornecimento das empresas atuantes regularmente no mercado. Dessa forma, a participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for "de alta complexidade ou vulto", o que não seria o caso do objeto sob exame.

Na hipótese das OSCIP a vedação da participação decorre diretamente do disposto no Acórdão TCU nº 746/2014 - Plenário, nos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

seguintes termos "1. Às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, atuando nessa condição, é vedado participar de certames da Administração Pública Federal, porquanto tal agir implica ofensa à Lei n. 9.790/1999, que dispõe ser o Termo de Parceria o meio adequado de relacionamento entre elas e o Poder Público. 2. A participação de OSCIP em torneios licitatórios da Administração Pública consubstancia quebra do princípio da isonomia, eis que tais entidades possuem benesses fiscais, a elas concedidas para atuarem mediante o estabelecimento de Termo de Parceria".

No tocante à vigência da contratação, optou-se pela contratação por 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação da vigência contratual, observando previsão do art. 107 da Lei 14.133/2021.

Insta registrar a economia processual da vigência do contrato em período superior a um exercício, respeitando o princípio da eficiência na Administração Pública, promovendo: Redução dos custos, tendo em vista a economia de escala obtida com o maior valor contratual; continuidade e qualidade dos serviços prestados, em detrimento da troca frequente de fornecedores; eficiência operacional, evitando interrupções na prestação dos serviços; estabelecimento de relacionamento de confiança com os fornecedores, tendo em vista a contratação de maior prazo; e economia de tempo, pois, a renovação de contratos demanda tempo e recursos administrativos.

A pedido da CONTRATADA poderá haver reajustamento anual do preço, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou, na extinção deste, por outro índice legal que venha a substituí-lo, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses contados da data de apresentação da proposta.

Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem requerê-lo, ocorrerá à preclusão desse direito em relação ao período anterior à prorrogação, assim como também ocorrerá a preclusão se o pedido de reajuste for formulado depois de extinto o contrato.

Sustentabilidade:

Em atendimento ao disposto na Resolução CSJT nº 310/2021, que aprovou o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Trabalho, serão observados os seguintes critérios de sustentabilidade:

- A CONTRATADA deve empregar, se for o caso, um número de jovens aprendizes equivalentes a cinco por cento (5%), no mínimo, e quinze por cento (15%), no máximo, dos trabalhadores existentes, conforme estipula o Art. 429 da CLT (Decreto-Lei nº 5.452/1943);
- Em atendimento ao inciso III, art. 51 da Lei Complementar 123/2006, ficam dispensadas as empresas de pequeno e microempresas de empregar e matricular seus aprendizes nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem.
- A CONTRATADA deverá cumprir, se for o caso, o quantitativo mínimo previsto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, que estabelece que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência;
- Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016;
- Não ter sido condenada, a CONTRATADA ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105.
- A comprovação dos critérios de sustentabilidade definidos nos subitens anteriores poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por declaração da CONTRATADA.

IV - Estimativas das quantidades, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte:

Os valores de seguro consideraram o valor dos imóveis e mobiliários da tabela constante item III deste ETP, com o seguinte cálculo de coberturas:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

COBERTURAS				
Incêndio, queda de raio e explosão e queda de aeronave	Vendaval e chuva de granizo	Impacto de veículos	Danos elétricos	Roubo ou furto qualificado de bens
<div>- Soma do valor dos imóveis e do valor do respectivo mobiliário para prédios próprios</div> <div>- Valor do mobiliário para prédios cedidos</div>	<div>- 7,5% sobre a soma do valor dos imóveis e do valor do respectivo mobiliário para prédios próprios.</div> <div>7,5% sobre o valor do mobiliário para prédios cedidos</div> <div>- Para o Prédio sede, tendo em vista o alto valor a ser segurado, ficou estabelecido como teto o valor de R\$ 2.000.000,00</div> <div>Para prédios cedidos, como não há valor do imóvel a ser segurado, a cobertura é igual ao menor valor a ser segurado de outras localidades, que é R\$ 74.763,84.</div>	<div>- 0,75% sobre a soma do valor dos imóveis e do valor do respectivo mobiliário para prédios próprios.</div> <div>- Para prédios cedidos, como não há valor do imóvel a ser segurado, a cobertura é igual ao menor valor a ser segurado de outras localidades, que é R\$ 7.476,38.</div>	<div>- Valor fixo de R\$ 150.000,00</div> <div>- Tendo em vista o valor e o tamanho do imóvel, para o Fórum Trabalhista de CG ficou estabelecido o valor fixo de 250.000,00.</div> <div>- Tendo em vista o valor e o tamanho do imóvel, para o a sede do TRT ficou estabelecido o valor fixo de 300.000,00.</div>	<div>Valor fixo de R\$ 30.000,00</div>

As condições de contratação acima descritas observam as práticas de mercado, além de considerar as últimas contratações de seguro. Insta registrar que as condições constantes em apólices de seguro possuem baixa flexibilidade, pois, observam normas próprias da SUSEP, autarquia da Administração Pública Federal que regula o setor.

Os valores dos imóveis foram obtidos nos autos PROAD 15667/2018, com base em avaliação da Secretaria de Patrimônio da União (SPIU), conforme documentos juntados aos autos.

Os valores de mobiliário foram obtidos em Levantamento Patrimonial de Bens Móveis, realizado pelo Setor de Registro Patrimonial deste Tribunal, consoante planilha juntada a este processo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

**V - Levantamento de mercado e justificativas da escolha
do tipo de solução a contratar:**

Com base em experiência obtida nas últimas contratações, em pesquisa de mercado e consulta perante outros órgãos públicos, verificamos que a escolha pela melhor solução, é a contratação dos serviços de seguro para os imóveis deste Tribunal.

Esclarecemos que além de observar a experiência de contratações anteriores, foram realizadas consultas ao mercado, para análise das condições aplicáveis a esta contratação.

Com base em informação fornecida pela Divisão de Polícia, foram considerados os seguintes equipamentos de segurança:

Localidade	Agentes de Polícia Judicial	Vigilantes	Bombeiro Civil	Cerca Elétrica	Câmeras	Alarme
Amambai	1	N	N	S	8	S
Aquidauana	N	N	N	S	9	S
Bataguassu	N	N	N	S	10	S
CG (Sede)	16	6	N	N	168	S
CG (Fórum)	9	6	2	Parcial	80	S
Cassilândia	N	N	N	S	6	S
Chapadão do Sul	N	N	N	S	4	S
Corumbá	N	1	N	S	13	S
Coxim	N	N	N	S	8	S
Dourados	2	1	N	S	20	S
Fátima do Sul	N	N	N	S	9	S
Jardim	N	N	N	S	10	S
Mundo Novo	1	1	N	S	8	S
Naviraí	N	1	N	S	12	S
Nova Andradina	N	N	N	S	8	S
Paranaíba	1	N	N	S	8	S



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24^a REGIÃO

Ponta Porã	1	1	N	S	11	S
Rio Brilhante	N	N	N	S	11	S
São Gabriel	N	N	N	S	11	S
Três Lagoas	1	1	N	S	10	S
TOTAL	32	18	2	18	440	24

Outrossim, a contratação considerará os seguintes sistemas de prevenção e combate à incêndio:

Local	Informações referentes aos sistemas de prevenção e combate a incêndio existentes em cada localidade.
Amambai	<ul style="list-style-type: none">- EXTINTOR DE INCÊNDIO instalado de acordo com a NT-42 – PTS.- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SAÍDA DE EMERGÊNCIA de acordo com a NT-42 – PTS.- Atestado de Conformidade das Instalações Elétricas e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando exigido.- CMAR (controle de matérias de acabamento e revestimento) e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando for exigido.
Aquidauana	<ul style="list-style-type: none">- EXTINTOR DE INCÊNDIO instalado de acordo com a NT-42 – PTS.- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SAÍDA DE EMERGÊNCIA de acordo com a NT-42 – PTS.- Atestado de Conformidade das Instalações Elétricas e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando exigido.- CMAR (controle de matérias de acabamento e revestimento) e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando for exigido.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24^a REGIÃO

Bataguassu	<ul style="list-style-type: none">- EXTINTOR DE INCÊNDIO instalado de acordo com a NT-42 – PTS.- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SAÍDA DE EMERGÊNCIA de acordo com a NT-42 – PTS.- Atestado de Conformidade das Instalações Elétricas e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando exigido.- CMAR (controle de matérias de acabamento e revestimento) e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando for exigido.
Fórum Trabalhista de Campo Grande	Acesso de Viaturas, Alarme e Detecção de incêndio, Brigada de Incêndio, Controle de Materiais de Acabamento e Revestimento (CMAR), Extintores de Incêndio, Hidrantes e mangotinhos, Iluminação de emergência, Saídas de Emergência para Edificações em Geral - NT11, Segurança Estrutural, Sinalização de emergência, SPDA
Sede TRT - Campo Grande	Acesso de Viaturas, Alarme e Detecção de incêndio, Brigada de Incêndio, Controle de Materiais de Acabamento e Revestimento (CMAR), Extintores de Incêndio, Hidrantes e mangotinhos, Iluminação de emergência, Saídas de Emergência para Edificações em Geral - NT11, Segurança Estrutural, Sinalização de emergência, SPDA
Chapadão do Sul (Imóvel cedido)	<ul style="list-style-type: none">- EXTINTOR DE INCÊNDIO instalado de acordo com a NT-42 – PTS.- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SAÍDA DE EMERGÊNCIA de acordo com a NT-42 – PTS.- Atestado de Conformidade das Instalações Elétricas e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando exigido.- CMAR (controle de matérias de acabamento e revestimento) e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando for exigido.
Corumbá	<ul style="list-style-type: none">- EXTINTOR DE INCÊNDIO instalado de acordo com a NT-42 – PTS.- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SAÍDA DE EMERGÊNCIA de acordo com a NT-42 – PTS.- Atestado de Conformidade das Instalações Elétricas e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando exigido.- CMAR (controle de matérias de acabamento e revestimento) e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando for exigido.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Coxim	<ul style="list-style-type: none">- EXTINTOR DE INCÊNDIO instalado de acordo com a NT-42 – PTS.- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SAÍDA DE EMERGÊNCIA de acordo com a NT-42 – PTS.- Atestado de Conformidade das Instalações Elétricas e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando exigido.- CMAR (controle de matérias de acabamento e revestimento) e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando for exigido.
Dourados	Acesso de Viaturas, Alarme de incêndio, Brigada de Incêndio, Controle de Materiais de Acabamento e Revestimento (CMAR), Extintores de Incêndio, Hidrantes e mangotinhos, Iluminação de emergência, Saídas de Emergência para Edificações em Geral - NT11, Segurança Estrutural, Sinalização de emergência
Fátima do Sul (Imóvel cedido)	<ul style="list-style-type: none">- EXTINTOR DE INCÊNDIO instalado de acordo com a NT-42 – PTS.- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SAÍDA DE EMERGÊNCIA de acordo com a NT-42 – PTS.- Atestado de Conformidade das Instalações Elétricas e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando exigido.- CMAR (controle de matérias de acabamento e revestimento) e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando for exigido.
Jardim	<ul style="list-style-type: none">- EXTINTOR DE INCÊNDIO instalado de acordo com a NT-42 – PTS.- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SAÍDA DE EMERGÊNCIA de acordo com a NT-42 – PTS.- Atestado de Conformidade das Instalações Elétricas e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando exigido.- CMAR (controle de matérias de acabamento e revestimento) e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando for exigido.
Mundo Novo	<ul style="list-style-type: none">- EXTINTOR DE INCÊNDIO instalado de acordo com a NT-42 – PTS.- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SAÍDA DE EMERGÊNCIA de acordo com a NT-42 – PTS.- Atestado de Conformidade das Instalações Elétricas e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando exigido.- CMAR (controle de matérias de acabamento e revestimento) e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando for exigido.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Naviraí	<ul style="list-style-type: none">- EXTINTOR DE INCÊNDIO instalado de acordo com a NT-42 – PTS.- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SAÍDA DE EMERGÊNCIA de acordo com a NT-42 – PTS.- Atestado de Conformidade das Instalações Elétricas e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando exigido.- CMAR (controle de matérias de acabamento e revestimento) e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando for exigido.
Nova Andradina	<ul style="list-style-type: none">- EXTINTOR DE INCÊNDIO instalado de acordo com a NT-42 – PTS.- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SAÍDA DE EMERGÊNCIA de acordo com a NT-42 – PTS.- Atestado de Conformidade das Instalações Elétricas e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando exigido.- CMAR (controle de matérias de acabamento e revestimento) e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando for exigido.
Paranaíba	<ul style="list-style-type: none">- EXTINTOR DE INCÊNDIO instalado de acordo com a NT-42 – PTS.- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SAÍDA DE EMERGÊNCIA de acordo com a NT-42 – PTS.- Atestado de Conformidade das Instalações Elétricas e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando exigido.- CMAR (controle de matérias de acabamento e revestimento) e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando for exigido.
Ponta Porã	<ul style="list-style-type: none">- EXTINTOR DE INCÊNDIO instalado de acordo com a NT-42 – PTS.- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SAÍDA DE EMERGÊNCIA de acordo com a NT-42 – PTS.- Atestado de Conformidade das Instalações Elétricas e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando exigido.- CMAR (controle de matérias de acabamento e revestimento) e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando for exigido.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Rio Brilhante	<ul style="list-style-type: none">- EXTINTOR DE INCÊNDIO instalado de acordo com a NT-42 – PTS.- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SAÍDA DE EMERGÊNCIA de acordo com a NT-42 – PTS.- Atestado de Conformidade das Instalações Elétricas e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando exigido.- CMAR (controle de matérias de acabamento e revestimento) e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando for exigido.
São Gabriel do Oeste	<ul style="list-style-type: none">- EXTINTOR DE INCÊNDIO instalado de acordo com a NT-42 – PTS.- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA instalada de acordo com a NT-42 – PTS.- SAÍDA DE EMERGÊNCIA de acordo com a NT-42 – PTS.- Atestado de Conformidade das Instalações Elétricas e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando exigido.- CMAR (controle de matérias de acabamento e revestimento) e respectiva ART/RRT de acordo com a NT-42 – PTS quando for exigido.
Três Lagoas	Acesso de Viaturas, Alarme de incêndio, Brigada de Incêndio, Controle de Materiais de Acabamento e Revestimento (CMAR), Extintores de Incêndio, Hidrantes e mangotinhos, Iluminação de emergência, Saídas de Emergência para Edificações em Geral - NT11, Segurança Estrutural, Sinalização de emergência

Quanto à prática de outros órgãos públicos, realizamos consulta ao sistema de ETP digital, contudo, não localizamos soluções diferentes da contratação de seguro de imóveis da maneira proposta neste processo.

VI – Estimativas do valor da contratação:

Com o objetivo de estimar inicialmente os valores, tendo em vista que a última contratação de seguro para todos os prédios deste Regional ocorreu há vários anos, estimamos o preço seguindo o mesmo raciocínio de cálculo adotado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, utilizando como parâmetro a Taxa de Apólice, que consiste na divisão do valor do prêmio do seguro pelo valor total do patrimônio (valor total em risco).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Dessa forma, com base nos contratos do TRT 23, TST e TRT 18, estimamos a despesa total em R\$ 19.273,82 (dezenove mil, duzentos e setenta e três reais e oitenta e dois centavos), conforme segue:

Seguro Patrimonial (edificação, móveis, máquinas, equipamentos, utensílios e materiais)	
Localidade	Preço da apólice por localidade
Amambai - Rua Benjamin Constant, 929 - Centro CEP: 79990-000	272,73
Aquidauana - Rua Luis da Costa Gomes, 473 – Centro CEP: 79200-000	221,77
Bataguassu - Avenida Campo Grande, 105 – loteamento Pat. Bataguassu CEP: 79780-000	373,75
Fórum Trabalhista de Campo Grande - Rua Jornalista Belizário Lima, 418 – Vila Glória CEP: 79004-915	3.336,92
Sede TRT - Campo Grande - Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, 208 - Jardim Veraneio	10.142,01
Chapadão do Sul - Avenida Onze nº 1.062, Centro. CEP: 79560-000	47,65
Corumbá - Alameda Joaquim Alcides Pereira, 16 – Dom Bosco. CEP: 79303-060	517,39
Coxim - Rua Joao Pessoa, 247 – Centro. CEP: 79400-000	186,90



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Dourados - Rua Visconde de Taunay, 250. CEP: 79814-140	980,42
Fátima do Sul - Rua Marechal Rondon, 1295. CEP: 79700-000	47,65
Jardim - Avenida Duque de Caxias, 55 – Centro. CEP: 79240-000	398,27
Mundo Novo - Avenida Castelo Branco, 219 – Centro. CEP: 79980-000	288,17
Naviraí - Avenida Caarapó, 788 – Centro. CEP: 79950-000	300,09
Nova Andradina - Rua José Gomes da Rocha, 1249 – Centro. CEP: 79750-000	302,68
Paranaíba - Rua José Robalinho da Silva, 130 – Jardim Santa Mônica. CEP: 79500-000	329,37
Ponta Porã - Travessa dos Poderes, 183. CEP: 79904-192	380,35
Rio Brilhante - Rua Etelvina Vasconcelos, Nº 198 – Centro. CEP: 79130-000	389,13
São Gabriel do Oeste - Avenida Castelo Branco, 473. CEP: 79490-000	345,36



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Três Lagoas - Avenida Dr. Clodoaldo Garcia, 350 – Santos Dumont. CEP: 79630-000	413,22
VALOR TOTAL DA APÓLICE	19.273,82

Destacamos que assim como contratações anteriores de seguro para imóveis, não conseguimos obter sequer um orçamento para estimar os valores. Tendo em vista a prática adotada por diversas seguradoras, que apresentam o orçamento apenas com o edital publicado.

Esclarecemos que está em aberto a possibilidade de recebimento de proposta pelas seguradoras, tendo em vista que realizamos consulta formal para obtenção de preços.

Insta registrar a impossibilidade obter preços com as corretoras, tendo em vista o Acórdão 600/2015-Plenário vedar a intermediação de empresa corretora na execução de contratos de seguro.

VII – Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência:

O objeto da presente contratação consiste na contratação de Seguro Patrimonial (edificação, móveis, máquinas e equipamentos) dos imóveis deste Regional, conforme as especificações e condições do Termo de Referência e seus anexos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

VIII – Justificativas para o parcelamento ou não da contratação:

A contratação deverá ser única e indivisível, compreendendo o seguro de todas as localidades constantes no item II deste ETP. A composição de item único visa ampliar a competitividade, além de proporcionar eficiência nos procedimentos relativos à contratação, ao acompanhamento da fiscalização.

IX – Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

A contratação de seguro reflete a preocupação da Administração em resguardar patrimônio da União, garantindo uma gestão responsável e transparente, que assegura que os recursos sejam utilizados de forma prudente, com intuito de preservar os meios necessários para a prestação jurisdicional.

**X - Providências a serem adotadas pela Administração
previamente à celebração do contrato:**

Não há necessidade de adequação do ambiente da organização, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual, conforme art. 18, § 1º, inciso X da Lei 14.133/2021.

XI - Contratações correlatas e/ou interdependentes:

As informações que subsidiaram as especificações destes autos foram obtidas com os setores responsáveis, sendo oriundas de processos de reforma predial, obtenção de alvarás de bombeiros, avaliações de imóveis e de segurança patrimonial: 2946/2024, 15667/2018, 1148/2024, 1417/2024, 22823/2020, 3639/2024 e 5094/2017

**XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas
medidas mitigadoras:**

Consta no item III deste ETP, os critérios de sustentabilidade que serão aplicados no certame e suas justificativas.

Tendo em vista as características do objeto, não constatamos possíveis impactos ambientais oriundos desta contratação.

**XIII - Posicionamento conclusivo sobre a adequação da
contratação para o atendimento da necessidade:**

O presente estudo preliminar evidencia a viabilidade contratação de seguro patrimonial para os prédios e mobiliários de propriedade deste Tribunal, para o período de vigência de 12 (doze) meses; uma vez que esta é a forma de contratação que maximiza a probabilidade do alcance dos resultados pretendidos com a mitigação dos riscos e observância dos princípios da economicidade, eficácia e eficiência.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24^a REGIÃO

Nome: **João Marcio H. Talarico**

Telefone: **3316-1843**

E-mail: **material@trt24.jus.br**

Nome: **Rafael Pereira
Cardozo**

Telefone: **3316-1846**

E-mail:
compras@trt24.jus.br

Nome: **Mateus Cominetti**

Telefone: **3316-1891**

E-
mail: **socioambiental@trt24.jus.br**